

CIDADES SEGURAS: IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA SEGURANÇA URBANA – UM ESTUDO A PARTIR DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

GIUSEPPA MARIA DANIEL SPENILLO²

CARLA CAROLINE SALES DE SANTANA³

RESUMO

Neste artigo objetiva-se identificar caminhos neoliberais oferecidos para a segurança na cidade contemporânea e mostrar as suas implicações na relação entre as pessoas e o espaço urbano, tomando como referencial um estudo realizado na Região Metropolitana do Recife. A partir de uma abordagem configuracional (Elias, 1994), por meio das técnicas de observação, diário de campo e grupo focal, conclui-se que o medo e a segurança são mercadorias que geram lucro e novos problemas.

Palavras chaves: Cidades Seguras; Neoliberalismo; Segurança Urbana; Agenda 2030/ODS11; Região Metropolitana do Recife

ABSTRACT

This paper aims to identify neoliberal paths offered for security in the contemporary city and to show their implications at the relationship between people and urban space, taking as a reference a study carried out in the Metropolitan Region of Recife. Using a configurational approach (Elias, 1994), through the application of techniques of observation, field diary and focus group, it is concluded that fear and security are commodities that generate profit and new problems

Keywords: Safe Cities; Neoliberalism; Urban Security; 2030 Agenda/SDG11; Metropolitan Region of Recife

² DECISO - UFRPE.

³ DECISO - UFRPE.

Introdução

“Suspeitamos dos outros e de suas intenções, nos recusamos a confiar (ou não conseguimos fazê-lo)”. Com essa afirmativa, Zygmunt Bauman (2009: 16) observa o cenário que envolve a vida de um sujeito que está em uma cidade contemporânea e a percebe marcada por incertezas e inseguranças. O sentido de desconfiança surge no contato com a heterogeneidade de culturas, hábitos e gostos que existem num espaço urbano. Estas diversidades, concentradas no ambiente urbano, são possíveis em razão dos processos globais de aparente ausência de fronteiras, rápida comunicação e informação e uma interdependência político-econômica entre os países no sistema-mundo capitalista.

Nesta configuração global contemporânea, o ato de circular pelos espaços públicos de uma cidade pode causar a sensação de insegurança para muitos indivíduos, por conta das diversidades entre as pessoas que ocupam, moram, visitam, transitam por estes lugares; as pessoas, afinal, são desconhecidas, estranhas e imprevisíveis umas para as outras e, portanto, suscitam medo de uma possível violência à segurança pessoal. Com isso, pensar em segurança ao estar, hoje em dia, numa cidade passa a ser um elemento constitutivo da vida.

A sociedade contemporânea está, também, marcada pelas políticas neoliberais que direcionam o individual e o coletivo para as lógicas do mercado global capitalista. Na aplicação da razão econômica a todas as esferas da vida humana, a questão da segurança e do medo de se viver em uma cidade acabam por se enquadrar nas estratégias de lucro do capital. O medo e a segurança são mais uma das muitas mercadorias a serem consumidas e exploradas com fins lucrativos.

O capitalismo neoliberal oferece como solução para lidar com a insegurança e com o medo na cidade uma arquitetura que estabelece fronteiras, com a qual criam-se espaços fechados e apetrechos de vigilância e defesa visando a proteção daqueles que possam pagar por eles. Nessa perspectiva, o ambiente urbano em uma cidade passa a ser de segregação espacial e social, com as pessoas cada vez mais estabelecendo limites em sua relação com o outro e com o próprio espaço público.

A análise dos impactos do neoliberalismo na relação entre as pessoas e o espaço urbano, que apresentamos neste artigo, fundamenta-se na sociogênese e na abordagem configuracional propostas por Norbert Elias (1994), o que leva a noção de segurança urbana e a ideia de cidade segura para uma estudo da Região Metropolitana do Recife, focado na consideração das cidades como configurações sociais em que indivíduos interdependentes entram em relações entre si e com o paradigma político-econômico dominante.

Dada a dominância da lógica neoliberal nas sociedades contemporâneas, esta pesquisa

procura compreender como a configuração das cidades pelo capital afeta as interações entre os indivíduos, o ambiente urbano e a percepção da segurança na Região Metropolitana do Recife-RMR. A partir das técnicas do grupo focal, da observação participante e do diário de campo, buscou-se evidenciar como as estratégias neoliberais agem nas opções de segurança adotadas por esses habitantes e da implicação que isso causa nas relações entre eles e com a cidade.

Ao todo foram realizados 10 grupos focais nas cidades de Recife, Igarassu, Paulista e Jaboatão dos Guararapes entre os meses de março a agosto de 2023. Os integrantes dos grupos eram pessoas diversas em questão de classe social, idade, gênero e profissão. O ponto em comum compartilhado, entre seres tão diversos e com particularidades únicas, é o de viver na cidade e circular por ela. A RMR possui 3.726.442 habitantes, segundo dados do Censo de 2022 (IBGE, 2023), sendo Recife a nona cidade mais populosa do Brasil, com 1.488.920 habitantes.

Para interpretar os elementos na configuração das cidades estudadas, partimos da compreensão de Elias (1994) sobre as sociedades como configurações dinâmicas, mutáveis e interdependentes. Para o autor, pessoas e grupos são estudados a partir das configurações de que fazem parte, nas quais estão em relações interdependentes com outros indivíduos, grupos, estruturas criadas e partilhadas, códigos culturais, morais, religiosos, sistemas de valores, significações da natureza e dos objetos, intersubjetividades e sentimentos. Assim, as estruturas emocionais são consideradas na abordagem da vida social e, portanto, abre-se uma linha de compreensão sobre a questão da (in)segurança e do medo na cidade.

Para este efeito, buscou-se realizar uma sociogênese, ou uma história social dos elementos da configuração RMR e das noções de segurança e de cidade segura, a partir da observação participante, da escuta ativa nos grupos focais e da leitura de estudiosos sobre cidades e mundo contemporâneo que têm em consideração o sentimento como elemento da configuração social. Com os grupos focais e a observação participante, foi possível verificar o quanto circular por uma cidade da RMR com confiança vem sendo um desafio, em razão do medo que está cada vez mais sendo associado aos espaços públicos urbanos contemporâneos.

1. A Concepção do Neoliberalismo na Sociedade

Uma “grande virada” é como Pierre Dardot e Christian Laval (2016: 190) se referem à implantação do paradigma neoliberal na sociedade contemporânea. Para os autores, as políticas neoliberais são capazes de incorporar e reorientar ideias, doutrinas e comportamentos na direção do mercado. Mais do que significar o funcionamento econômico

voltado para o livre mercado, o neoliberalismo incorpora o caráter disciplinar para formar sujeitos adaptados a uma razão econômica.

Para alcançar essa disciplina, as relações sociais são alteradas, pois os laços de solidariedade observados no Estado de bem-estar social são enfraquecidos (Bauman, 2009). Cria-se um ambiente de competição no qual o individualismo é exaltado como um modelo a ser seguido. Nessa lógica, os sujeitos são capazes e devem governar a si mesmos. Para isto, precisam observar todos os âmbitos de sua vida como potencial capital, para o que deve haver investimento. Assim, seja nos estudos, investimentos financeiros ou na segurança pessoal, o indivíduo é completamente responsável por seu sucesso e fracasso.

Na configuração social neoliberal, cria-se um discurso que valoriza o risco inerente à vida individual e coletiva, no qual o sujeito é responsável por si mesmo, precisando aplicar a razão econômica nas esferas da sua vida. Para infundir essa lógica, o paradigma neoliberal idealiza a concorrência e enaltece a liberdade de escolha (Dardot, Laval, 2016). Numa configuração formada por vínculos de solidariedade desvanecidos e pela busca por desejos individuais e favorecida por um cenário competitivo, percebe-se uma tendência de priorização dos interesses pessoais em detrimento do coletivo. Com isso, os indivíduos veem-se no dever de se protegerem por si mesmos, tendo acessíveis as opções de ofertas que o mercado coloca disponível para tal demanda. Conforme Dardot e Laval (2016):

Um imenso mercado de segurança pessoal, que vai do alarme doméstico aos planos de aposentadoria, desenvolveu-se proporcionalmente ao enfraquecimento dos dispositivos de seguro coletivos obrigatórios, reforçando por um efeito de circuito-fechado o sentimento de risco e a necessidade de se proteger individualmente. (DARDOT; LAVAL, 2016: 213)

Essas transformações se sucederam nas sociedades contemporâneas com todos os aspectos da vida articulados para as transações comerciais. Fabricou-se um sujeito com racionalidade econômica, livre dos vínculos de solidariedade, com a oportunidade de escolher e consumir dentre as várias opções que o mercado pode oferecer para as pessoas fazerem parte do sistema. A sociedade de consumo ganhou espaço, em diversas sociedades, com a oportunidade de escolhas sendo renovadas a cada dia por um ambiente competitivo e de satisfação momentânea. Para isso “gastam toda a força da terra para suprir a sua demanda de mercadorias, segurança e consumo” (Krenak, 2019: 25). O desejo de consumir algo novo e mais bonito instiga o sujeito a adquirir as tendências em alta no mercado.

Esse é um cenário mutável e dinâmico que, conforme Bauman (2001: 8), assemelha-se ao estado de liquidez: “os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente

prontos a mudá-la”. O autor passa, então, a se referir à contemporaneidade como modernidade líquida. O termo ainda pode ser cabível para descrever a atual condição humana, uma vez que “a estratégia neoliberal consistiu e ainda consiste em orientar sistematicamente a conduta dos indivíduos como se estes estivessem sempre e em toda a parte comprometidos com relações de transação e concorrência no mercado.” (Dardot; Laval, 2016: 243)

O progresso da ciência e da tecnologia propiciou às políticas neoliberais um alcance mundial com a globalização, criou-se um mundo interdependente, no qual, a noção de fronteiras se refere, apenas, à divisão territorial entre os países. De acordo com Milton Santos (2001: 24), a globalização “é resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global. “Ao tecer esse espaço conectado, o mercado funciona o tempo todo em diferentes locais, há uma concorrência feroz e em nível mundial. Continuar inovando, criando e lucrando com os novos objetos de consumo é o motor que move esse paradigma.

Em vista da percepção do encurtamento de distância de fronteiras e com o mercado atuando como um elemento universal, há uma grande circulação de pessoas, com o espaço territorial de circulação sendo as cidades. Esses grandes centros urbanos passaram a ser sinônimos de diversidade e trouxeram as surpresas e as incertezas de se estar em contato com os elementos advindos dos processos da globalização: dentre eles temos a questão da segurança e do medo. Estes elementos passaram a ser bastante discutidos no espaço urbano e são um dos principais influentes no cenário da cidade, juntamente estruturado com o econômico. “A lógica capitalista passa a ser então um parâmetro essencial na condução de uma política de ocupação da cidade.” (Rolnik, 1995: 54)

2. Viver na Cidade Contemporânea

Um centro da vida social e política, onde se acumula riquezas, conhecimentos e obras. Assim é a cidade para Henri Lefebvre (2001), autor de *O direito à cidade*, publicado originalmente em 1969. Para abordar esses grandes centros urbanos, na contemporaneidade, faz-se necessário entender que eles são o epicentro para a organização de diversas dimensões da vida dos seus habitantes, tais como a social, a política, a econômica e a cultural. É no espaço urbano que muitas pessoas moram, desenvolvem relações sociais de trabalho, organizam os seus códigos de conduta moral, as suas transações comerciais e as suas festividades culturais. Com isso, contempla-se um intenso trânsito de pessoas e de mercadorias, bem como uma heterogeneidade cultural, de formas de viver e de hábitos distintos compartilhando o mesmo ambiente. Conforme Rolnik (1995: 9), “a cidade contemporânea se caracteriza pela velocidade da circulação. São fluxos de mercadorias,

pessoas e capital em ritmo cada vez mais acelerado, rompendo barreiras”.

Nessa perspectiva, as cidades contemporâneas são lugares onde vive-se em estreito contato com as diversidades presentes no mundo, tornando praticamente impossível existir singulares nos centros urbanos. Para Rolnik (1995: 19), “construir e morar em cidades implica necessariamente viver de forma coletiva. Na cidade nunca se está só, mesmo que o próximo ser humano esteja para além da parede do apartamento vizinho ou num veículo no trânsito.” Isto significa que na cidade uma pessoa está constantemente em contato com outras, seja de forma indireta, por exemplo, utilizando os serviços de uma companhia elétrica, ou de forma direta tendo, por exemplo, uma conversa com o motorista do ônibus.

A cidade se faz enquanto um espaço humano em que é possível partilhar rotinas semelhantes com pessoas tão diversas: ir ao trabalho, à escola, a uma festa, desenvolver atividades em conjunto, principalmente, no âmbito dos espaços públicos. Estes espaços são, em nossas cidades contemporâneas, as praças, os parques, as praias e os centros comerciais, todos lugares que proporcionam a possibilidade do encontro entre as diferenças - ou entre diferentes indivíduos, povos, culturas, etnias, tribos tradicionais e tribos urbanas, grupos sociais organizados ou não. Formam-se cidades multiculturais e a experiência da multiculturalidade configura-se a partir mesmo da constatação das diferenças.

A multiculturalidade se manifesta no mundo atual inscrevendo um presente potencialmente imaginativo e criativo, seja de modo mais direto, em relações interpessoais e cotidianas que se estabelecem em países miscigenados como o Brasil e outros que sofreram a colonização, seja em metrópoles multiétnicas como Londres, Madrid, Tóquio e outras; e, ainda, de modo indireto, via notícias nas redes digitais ou nos meios de informação de largo alcance. A experiência da multiculturalidade, portanto, conforme vivida nos espaços urbanos preenchidos de espaços virtuais, ressignifica incessantemente o viver nas cidades contemporâneas.

Uma vez que as cidades são um epicentro de reunião das diversidades do mundo, existe uma disposição de ocorrer fluxos de pessoas para esses grandes centros urbanos. De acordo com os dados da Organização das Nações Unidas - ONU, publicados em seu Relatório Mundial das Cidades 2022, cerca de 56% da população mundial vivem nas cidades e há uma tendência desse número crescer para 68% até o ano de 2050. Com isso, tem-se “A expansão da cidade sobre o campo, a transformação do vilarejo em metrópole.” (Mocellin, 2011: 107).

Enquanto nas comunidades camponesas tradicionais, os sujeitos partilhavam modos de vida e objetivos semelhantes, e possuíam uma rede familiar de apoio dentre os seus

vizinhos com vínculos sólidos, nas cidades, por se constituírem de um número cada vez maior de indivíduos, abre-se o caminho para o convívio com os mais diversos modos de ser, de agir e de pensar sem de fato construírem uma relação estreita. Como observa Mocellin (2011),

Com a ampliação dos contatos, mas com a diminuição da sua importância - e considerando a quantidade de pessoas que um cidadão de uma cidade tem de lidar sem manter vínculo afetivo, principalmente se comparado com um morador de um vilarejo -, a pessoalidade da comunidade foi perdendo espaço para a impessoalidade da metrópole. (MOCELLIN, 2011: 107)

Nesse aspecto, com a falta de uma construção de laços afetivos com a ampliação das redes de pessoas que estão vivendo na cidade, a pluralidade de costumes e culturas, vindo de outros lugares do mundo que o sujeito urbano entra em contato faz com que ele experimente a sensação de insegurança. Há um medo de se confiar no outro, em razão da fragilidade do indivíduo na questão física, mas sobretudo na parte dos vínculos sociais que outrora era encontrado no Estado social que tecia uma rede de proteção ao redor dele. (Bauman, 2009).

Essa sensação de falta de segurança perpassa as possíveis interações com um estranho nos espaços públicos, por conta da desconfiança ao não conhecer a intenção do outro. Com isso, o sujeito experimenta o sentimento de perda de sua segurança pessoal ao andar pelas ruas. O medo de ser alvo de um crime e de considerar qualquer estranho como um potencial criminoso faz com que os sentidos da insegurança e de um perigo sempre à espreita criem raízes no espaço urbano.

Estar seguro na cidade passou a ser essencial na contemporaneidade, pois quando se cogita viver em um centro urbano implica ponderar também a sua segurança. No Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 11, intitulado “Cidades e comunidades sustentáveis”, a ONU (Nações Unidas no Brasil, 2024) prevê a formação ideal de cidades seguras, visando o bem-estar e a proteção dos seus habitantes. A proposição de uma cidade segura como um dos objetivos de uma agenda global comum aponta para o sentimento dominante de que as cidades estão cada vez mais associadas ao perigo. Conforme Bauman (2009) isso se dá por conta da insegurança e do medo de estar no espaço público entre diferentes e desconhecidos, ocasionando o que chama de mixofobia - ou o medo do diferente.

Em um mundo cada vez mais globalizado que é marcado pela dinâmica de mudanças rápidas e frequentes na vida humana, nas formas de agir e pensar, no modo de consumo e na individualização, pode-se encontrar proteção na opção de estabelecer fronteiras dentro da própria cidade. Criam-se espaços fechados, com recursos de segurança como câmeras

e cercas elétricas. A arquitetura urbana é utilizada para construir espaços que protejam os seus habitantes e não os integre com os demais que proporcionam os sentimentos de medo e insegurança.

A intenção parece óbvia: criar espaços homogêneos, onde a diferença não tem lugar para entrar e estabelecer contato. Krenak (2020) observa isto como viver em uma abstenção civilizatória, já que se nega a pluralidade das formas de vida e de hábitos. Mas somos seres diversos. Esses espaços fechados, na cidade, seguem o caminho da segregação. Para Rolnik (1995), um espaço que é demarcado por cercas define o lugar de cada coisa com muros visíveis e invisíveis. Com isso, constrói-se, no ambiente da cidade, um medo constante. A sensação de perigo prevalece no espaço urbano e revela a falta de pactos de solidariedade.

2.1. A Relação entre as Pessoas e o Espaço Urbano

Conforme Lefebvre (2001), a vida urbana pressupõe deparar-se com modos de viver e padrões de existência diferentes, que coexistem nas cidades; nesse sentido, a particularidade de se habitar em uma cidade é participar da vida social. É, pois, no espaço público que se pode encontrar múltiplas formas de expressão de ideias e de costumes. Isto cria a possibilidade de conhecer e ter contato com a multiplicidade que habita na cidade. Apesar disso, na cidade contemporânea tende-se ao contrário e se constroem ressalvas em relação à diversidade. O espaço público, principal local de encontro com a diversidade, acaba por ser esvaziado.

Uma característica do espaço público é a não necessidade de uma prévia seleção entre as pessoas para estar nele. Essa essencialidade do espaço público passa a ser tida como uma ameaça à segurança pessoal do sujeito. Isto porque, no espaço público, o contato com as diversidades de pessoas que compõem as sociedades urbanas atuais, depende de se ter a confiança necessária para estreitarem laços entre si. O ato de circular por esses locais públicos pode causar a sensação de insegurança para muitos indivíduos, em razão das diferenças entre as pessoas que ocupam o lugar; elas são desconhecidas, imprevisíveis e suscitam temor de uma possível violência. Esse sentimento de perigo leva alguns habitantes da cidade a esvaziarem o espaço público, como praças e parques. Com o esvaziamento dos espaços públicos, construímos cada vez mais muros para nos separar do outro dentro da cidade.

Para Bauman (2009) a vida do sujeito em uma cidade tem uma experiência ambivalente, já que a diferença vinda de todas as partes do mundo pode atraí-lo na mesma medida em que pode repeli-lo. O cenário que se passa a visualizar, nas cidades contemporâneas, de

espaço fechados, de desconfiança e de insegurança, demonstra que o medo é o sentimento que vem sendo atuante na sociedade.

“A desorientadora variedade do ambiente urbano é fonte de medo.” (Bauman, 2009: 47). Logo, a convergência para um ambiente fechado é uma alternativa oferecida pela lógica neoliberal para que os habitantes da cidade com os recursos monetários suficientes, possam vivenciar um isolamento espacial de outros estranhos. Isto provoca uma reação mixofóbica, fazendo com que a vida na cidade pareça mais “propensa ao perigo” (Bauman, 2009: 50).

Nesse sentido, com o perigo associado às cidades, os espaços fechados são oferecidos como uma tentativa de encontrar uma comunidade para pertencer e compartilhar modos de vida similares; para estar em contato com outros semelhantes e buscar uma segurança entre essas estruturas. Comunidade para Bauman (2003) remete a um lugar calmo, aconchegante, um ambiente onde há a chance de se sentir completamente seguro e, munido dessa confiança, relaxar.

Comunidade é sempre o lugar onde podemos encontrar os semelhantes e com eles compartilhar valores e visões de mundo. Também significa segurança, e é nela que encontramos proteção contra os perigos externos, bem como apoio para os problemas pelos quais passamos. A sociedade pode ser ‘má’, mas a comunidade nunca sofre essa acusação. (MOCELLIM, 2011:106)

A partir dessa alusão à comunidade, os condomínios fechados seriam uma proposta de um espaço seguro em que alguns seletos habitantes da cidade possam estabelecer fronteiras no ambiente urbano. Bauman (2009: 87) os nomeia de “Gated Communities”, pois é um lugar onde só se é possível entrar com uma prévia autorização dos moradores, ou seja, não é permitida a presença de um estranho dentro dos seus limites. Entretanto, essas comunidades urbanas contemporâneas aumentam os temores dos seus habitantes e exigem vigilância 24 horas. Elas não inspiram um seguro coletivo contra as incertezas, mas oferecem um momento de alívio (Bauman, 2003). No Brasil, temos como exemplo de empreendimento de espaços vedados o Alphaville. O espaço público em Alphaville é arquitetado para oferecer conforto, comodidade e segurança aos seus habitantes. No documentário de Luiza Campos (2008), Alphaville do lado de dentro do muro, pode-se conhecer um condomínio fechado na cidade de São Paulo, onde os moradores desfrutam de escolas, mercados, shows etc dentro dos muros, ou seja, em um ambiente protegido, longe da cidade e das interações não desejadas das ruas.

Conforme se depreende do documentário de Campos (2008), Alphaville é um sonho neoclássico, longe dos perigos do mundo, vivendo uma vida ideal. Eles vivem em uma redoma de vidro cercados por muros, com guardas armados e câmeras de segurança de

prontidão 24 horas por dia. Mesmo assim, ainda sentem medo e as câmeras e guardas armados são um constante lembrete do perigo que é associado às cidades. Para Bauman (2009: 42), “A intenção desses espaços vetados é claramente dividir, segregar, excluir e não de criar pontes, convivências agradáveis e locais de encontro, facilitar as comunicações e reunir os habitantes da cidade.”.

Em um urbano no qual cada um conhece o seu lugar e se sente estrangeiro nos demais (Rolnik, 1995), as pessoas experimentam a sensação da perda da sua liberdade ao buscarem a sensação de proteção. Isto porque quando se erguem paredes que separam as pessoas na cidade, e não há como se sentir livre em meio a um espaço vigiado. Entretanto, como alerta Bauman (2003: 10), a liberdade e a segurança são aspectos preciosos para um viver humano satisfatório: “A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito.”

Ainda conforme Bauman (2003) não há uma fórmula perfeita para se alcançar um ponto de equilíbrio entre a liberdade e a segurança. Nas sociedades contemporâneas, desiste-se cada vez mais da liberdade em nome da segurança, e uns dos fatores que impulsiona essa ação é a percepção das diferenças como ameaças. As fronteiras traçadas entre o eu e o eles acentuam tornam custoso o compartilhamento de experiências e a construção de vínculos através delas.

Com o sentimento do medo e da desconfiança, na vida dos habitantes da cidade, há uma abstenção da solidariedade para com o outro, desconfia-se do que o outro possa estar passando, pois antes de tudo cada pessoa preza pela própria segurança, e assim, “com a insegurança, estão destinadas a desaparecer das ruas da cidade a espontaneidade, a flexibilidade, a capacidade de surpreender e a oferta de aventura, em suma, todos os atrativos da vida urbana.” (Bauman, 2009: 68)

Mesmo com as alternativas de segurança oferecidas pela lógica do capital, o cenário que se passa a visualizar, na contemporaneidade, é de uma cidade segregada de muros construídos, espaços públicos cada vez mais esvaziados, e a perda da confiança e solidariedade entre as pessoas. O medo e a insegurança são os sentidos que se engendra no âmbito urbano. “Nossos medos são capazes de se manter e se reforçar sozinhos. Já têm vida própria.” (Bauman, 2009: 54).

2.2. A Lógica do Capital no Espaço Urbano

Como exposto até aqui, as opções de busca por segurança, na cidade, provocam um declínio na relação das pessoas e no espaço urbano. Além disso, os sentimentos de medo

e de insegurança permanecem no espaço público urbano. Bauman (2009) chama a atenção para que a arquitetura urbana que ergue os muros e as cercas impede a passagem do outro, mas não soluciona os problemas de segurança, pelo contrário, só continuam a alimentar. Entretanto, a lógica do capital incentiva os investimentos individuais em equipamentos de segurança. Conforme Bauman (2009: 54) “é possível obter grandes lucros comerciais graças à insegurança e ao medo.” Já que há um crescente investimento para se sentir protegido, sem os temores que podem estar a viver nos espaços públicos, os empreendimentos de Alphaville pelo Brasil podem ser citados como um exemplo.

Seguindo essa linha posta pelo capital, é possível adquirir uma segurança completa, desde que você tenha as condições financeiras necessárias para consumi-las. Esta concepção de segurança completa como apresenta Bauman(2009) não existe, é só uma noção que foi criando raízes com o andamento dos processos globais e incentivada pelas indústrias do capital que incorporou a questão da segurança e do medo como mais uma mercadoria. Já que o medo gera lucro e a segurança pessoal é uma ótima estratégia para as vendas, estes são dois elementos rendosos para o mercado capitalista.

Para Rolnik (1995) o espaço urbano é como um campo de investimento do capital. Seguindo a prerrogativa de consumo que há na sociedade contemporânea, morar em um espaço tal como Alphaville significa ter um alto status social, bem como um grande poder aquisitivo e um elevado grau de consumo. Estes são requisitos para se viver no paradigma neoliberal. Sob o pretexto da segurança, o capital lucra com o medo e a insegurança, pois são uma fonte inesgotável de rendimento, já que a alternativa dada para diminuir a questão desses sentimentos acaba por continuar mantendo-os. A construção de ambientes vedados e vigiados, mais do que ser pela necessidade do habitante da cidade em estar em um lugar protegido e seguro, é pelo lucro. Na configuração contemporânea, “É possível dizer que hoje o mercado domina a cidade.” (Rolnik, 1995: 29)

Na afirmativa de Krenak (2020: 23) de que o “capitalismo teve metástase, ocupou o planeta inteiro e se infiltrou na vida de maneira incontrolável” percebe-se que a lógica do capital afeta não apenas a relação social entre as pessoas, já que a solidariedade é enfraquecida, mas também a relação delas com o espaço que vivem. Ao criar a segregação espacial, as pessoas vivem recolhidas em seus espaços fechados, o que provoca a falência do espaço da rua como lugar de trocas cotidianas. No espaço público predomina, então, o sentimento de insegurança.

Essa lógica pode transformar qualquer coisa em mercadoria, incluindo o medo e a segurança: “O mundo ocidental formatou o mundo como uma mercadoria e replica isso de maneira tão naturalizada.” (Krenak, 2020: 54). Na organização da vida na cidade contemporânea, ser um consumidor ativo de mercadorias é o parâmetro para os moradores compartilharem

os espaços urbanos. “Cada sujeito foi levado a conceber-se e a comportar-se, em todas as dimensões de sua vida, como um capital que devia valorizar-se.” (Dardot; Laval, 2016: 201). Na configuração das cidades contemporâneas encontramos expressa essa lógica mercadológica e individualista, como se verá a seguir sobre a Região Metropolitana de Recife.

3. Segurança e medo no Cotidiano da Região Metropolitana do Recife

Na atenção dada à Região Metropolitana do Recife-RMR, buscamos encontrar suas redes de interdependências e, nelas, os sentidos e sentimentos, habitus e valores sociais e as condições locais/globais que configuram a vida na cidade, em particular sobre a segurança e o medo para estar nos espaços públicos. Do material coletado depreende-se que o sentimento do medo é uma realidade presente na vida dos moradores da RMR ao circularem pelas vias públicas. Medo, insegurança e indiferença os acompanham até a chegada nas suas casas e muitas vezes penetram seus muros.

A segurança é associada a um bem adquirível que só aqueles com condições financeiras podem possuir, por exemplo, um transporte privado. Entretanto, muitos não têm essa opção disponível e mesmo para quem consegue acesso, a insegurança permanece, pois o perigo vinculado à cidade é um fator de lucro capitalista e as ofertas do mercado só continuam a alimentar esses sentimentos.

Na realização dos grupos focais, reunimos pessoas que tinham por característica em comum morarem na cidade, bem como circular por seus espaços, e através dessa interação grupal foi possível apreender suas experiências e as suas opiniões sobre o viver na cidade no contexto da segurança. A RMR, tal como várias partes do Brasil, evidencia uma segregação espacial, exposta na fala dos seus moradores, que aludem ao medo e à insegurança na vida na cidade.

Na fala desses habitantes, passar pelas ruas do centro da cidade do Recife se dá por necessidade; seja para ir a uma consulta médica, ao trabalho ou à escola, somente atividades obrigatórias levam os a transitar pela cidade. Não é um prazer, ou uma busca por conhecer coisas novas, mas uma escolha racional de percursos e espaços menos inseguros, como aparece no relato de participante do GF2: “Tem locais em que conseguimos transitar mais que outros”. O ato de sair de casa para as ruas envolve uma verdadeira preparação, pois é preciso pensar no que pode ser roubado, ou seja, é preciso ter um objeto reservado para esse fim, prevenindo uma perda maior.

Esse relato é consonante ao dos moradores de São Paulo no documentário de Campos (2008), sobre o deslocamento até o centro da cidade. O sentimento de medo ao transitar

nos espaços públicos acompanha os habitantes das metrópoles a todo momento, seja em São Paulo seja em Recife. Outro ponto que foi mencionado pelos integrantes dos grupos focais é a desconfiança que sentem quando um desconhecido fala com eles nas ruas. Pode ser uma simples informação, mas também tem grandes chances de eles serem vítimas de uma violência. Ao estarem no centro do Recife, por exemplo, eles acreditam ser necessário ficar em alerta e não baixar a guarda em nenhum momento: “Quando uma pessoa fala na rua, a gente responde andando, não para”, afirmou uma senhora no GF6, realizado num bairro de periferia do Recife.

Um participante do GF2 relatou que nem mesmo em casa se sente seguro. Ele falou sobre um episódio de uma invasão no prédio em que mora, no bairro de Candeias, em Jaboatão dos Guararapes, que detinha todos os aparatos de seguranças possíveis, mas que nem mesmo isso inibiu a ação da violência. Ficar em casa não traz mais o sentimento de segurança que um lar deveria trazer, em contrapartida, traz o sentimento de prisão, expresso no reconhecimento de que “perdemos a liberdade”, conforme ponderou uma das participantes do GF6. Para eles a rua não é segura, mas também muitas vezes nem a própria casa cumpre o papel de espaço seguro. Em algumas das diferentes realidades sociais que configuram as cidades, a proposta das cercas com que se trata o que está fora como uma ameaça e o que está dentro como um oásis, não se cumpre. O sentimento de insegurança permanece, pois, um muro sem vigilância é apenas um muro que não traz a sensação de proteção se ele não estiver sendo guardado. Quem pode pagar possui os aparatos de segurança, mas aqueles que não podem, utilizam recursos como os cacos de vidros nos muros das casas como defesa.

Alguns participantes de grupo focal revelaram acreditar que a segurança na RMR é maior dependendo da área da Cidade, como expresso na fala “É seguro porque é um bairro nobre” (GF2). No entanto, nem nos bairros mais nobres que eles consideram mais seguros e que podem custear uma maior segurança dá para se sentir totalmente seguro. Falas como “falta policiamento” (GF6) ou quando há policiamento “dá medo de que comece tiroteio” (GF7) e, ainda, “não me sinto segura em canto nenhum” (GF9) foram ouvidas em diversos momentos da pesquisa, demonstrando que conviver e circular na cidade é sinônimo de medo e desconfiança. Mesmo os aparelhos de segurança em vias públicas, como por exemplo câmeras de segurança, provocam sentimentos ambíguos neles.

A primeira pergunta que lhes ocorre diante das câmeras é se de fato elas funcionam ou se só estão ali como enfeite. Observar esse aparelho suscita dúvidas em sua eficácia, uma vez que a desconfiança está estabelecida como tônica das relações sociais. Alguns dos participantes dos GFs demonstraram sentir segurança em alguns âmbitos, como no transporte privado: “Me sinto seguro apenas no carro, independente de onde esteja.” (GF2).

No mesmo grupo, outro participante disse que quando possível não pega os transportes públicos, optando pelo serviço do Uber, pois assim se sente mais seguro. Percebe-se que um transporte privado traz uma maior sensação de segurança do que um transporte público. Essa ideia vai em harmonia com as opções de segurança provenientes do paradigma neoliberal que, conforme Dardot e Laval (2016: 213), oferece “Um imenso mercado de segurança pessoal.”. A proposta neoliberal de consumo individual de segurança parece bastante disseminada entre os integrantes dos grupos focais e manifesto na afirmação de um participante no GF1: “quem tem condições, paga por sua segurança particular”.

3.1. Os sentidos da (In)segurança e da (in)diferença na cidade contemporânea

Nesse ponto, focamos nas falas de 23 jovens universitários que foram ouvidos nesta pesquisa, através do método de grupo focal. As e os jovens foram reunidos em dois grupos distintos e em dias diferentes, conforme sua associação a duas turmas pertencentes respectivamente aos Cursos de Bacharelado em Ciências Biológicas (10 estudantes) e Ciências Econômicas (13 estudantes). Conforme relataram, em geral, circulam pouco pela RMR e, em particular, pela cidade de Recife, sob a alegação de que as cidades pernambucanas não dispõem de infraestrutura e superestrutura. O que é a infraestrutura esperada por estas e estes jovens universitários?

Bons transportes públicos, limpeza, cuidados urbanos de embelezamento e preservação do patrimônio cultural e histórico, regulação e delimitação do comércio, policiamento “competente” (GF2). Esta infraestrutura seria conseguida pelo investimento estatal (agentes governamentais com forte cobrança para as Prefeituras Municipais) em políticas públicas. E o que compreendem por superestrutura? Em uma palavra, educação. Educação para destinar corretamente o lixo; educação para estar em público (“cidade muito barulhenta” - GF1); educação no trânsito e no transporte público; educação para lidar com os recentes eventos climáticos; educação para o emprego.

A reflexão sobre a vida nas cidades com estas e estes estudantes, moradoras/es nos bairros recifenses da Boa Vista, Torre, Casa Amarela, Jardim São Paulo, Morro da Conceição, Pina, Boa Viagem, Imbiribeira e nas cidades de Olinda, Jaboatão e Paulista, leva à compreensão de que a ausência de políticas públicas estatais e de educação para a vida em sociedade são os geradores da forte insegurança sentida na criminalidade e na imobilidade urbanas que afetam e condicionam suas rotinas. A vida na RMR aparece como restrita ao obrigatório e aligeirado (na medida do possível) deslocamento para o trabalho e para a universidade. O lazer está categoricamente desvinculado da cidade: por ser caro, por exigir um deslocamento difícil e também caro, e por remetê-los a áreas afastadas das moradias, como o centro histórico de Recife.

A sensação de insegurança generalizada é marcante no sentimento de falta de bem-estar entre as e os estudantes entrevistados. A insegurança está no medo do assalto “em qualquer hora e lugar”, na existência de muitos “lugares ermos” (GF2), na desconfiança no outro, uma vez que “todos podem ser criminosos”, na atenção e tensão constantes, no “susto” (GF1) - sensações permanentes de medo que forjam o sentimento da indiferença em relação ao outro, diferente e perigoso.

Insegurança e desconfiança aparecem, portanto, como uma violência urbana que não está na concretização do ato violento (assalto, roubo, sequestros), mas num espectro do possível. É possível ser assaltado, é possível ser empurrado ao tentar entrar no ônibus, é possível ser atropelado ao atravessar uma rua, é possível sentir medo ao andar pelas ruas de Recife, Olinda, Jaboatão.

Possibilidade, realidade e virtualidade (Lévy, 2011) misturam-se no imaginário e no ideário de cidade contemporânea, não por acaso. Tecnologias resultantes dos acúmulos de conhecimento vêm transformando todas as dimensões da vida humana desde a produção de bens de consumo até o consumo em larga escala destes bens, sem apontar para as necessidades de reflexão e crítica sobre o modelo tecnológico global e capitalista dominante. Se sobram recursos tecnológicos que nos abrem inúmeras janelas de possibilidades - da violência urbana ao êxtase urbano - e de fugas da realidade (dentro de muros ou em ambientes virtuais), faltam interesse e valorização para o investimento em tecnologias sociais dirigidas ao convívio nas cidades contemporâneas.

Tem-se, assim, na percepção das e dos universitárias/os escutadas/os uma configuração urbana desagradável, não acolhedora e não estimulante, na qual estão reunidas características de uma vida coletiva intrinsecamente problemática: a concentração de pessoas, a desigualdade social, o ritmo de vida acelerado, o saneamento incompleto ou ineficaz e a insegurança que paira sobre as condições locais/globais de estar junto na cidade.

O “cansaço”, o “desgaste”, a “pressa para chegar” (GF1) enquanto elementos da vida na RMR indicam comportamentos urbanos que moldam a socialização e a convivência na cidade contemporânea. Nesse sentido, cabe questionar se falta educação ou se esta é a forma contemporânea do estar na cidade. As pessoas aprendem a viver e conviver nos espaços públicos pela própria vivência nas dinâmicas urbanas. O fato de no Japão o transporte coletivo funcionar, como mencionado no GF2, e não funcionar em Recife e adjacências, parece revelador dos formatos de partilha do espaço público em ambos os lugares e, neles, de construção dos sentidos da (in)segurança e da (in)diferença.

Após a realização dos grupos focais, percebe-se que viver em uma cidade da RMR que é

orientada para o comércio com fontes de capitais disponíveis para estruturar ambientes vedados, o medo e a insegurança permanecem no coletivo. Nas falas dos integrantes dos grupos focais se identifica que as cidades possuem o perigo como característica. Bauman (2009: 40) alerta: “as cidades - que na origem foram construídas para dar segurança a todos os seus habitantes - hoje estão cada vez mais associadas ao perigo”.

Mesmo com os aparatos de segurança, que têm a prerrogativa de trazer proteção, as pessoas não se sentem seguras, uma vez que não inibem a violência e são um lembrete constante do sentimento de medo e de perigo. Ainda assim, há um crescente investimento nesses itens, para quem pode consumi-los. As opções oferecidas pelo sistema capitalista para a questão da segurança não são eficazes para as relações pessoais e sociais dos habitantes das cidades, pois essas alternativas são mais uma forma de lucro, já que “o ‘capital do medo’ pode ser transformado em qualquer tipo de lucro político ou comercial.” (Bauman, 2009: 55).

Considerações Finais

A pesquisa com moradoras e moradores da RMR evidencia que a configuração das cidades contemporâneas está marcada pelo neoliberalismo que articula os âmbitos da vida humana como um capital a ser valorizado e forma sujeitos com uma racionalidade econômica que vai aplicada em suas ações e maneiras de pensar. O neoliberalismo também concorre para estabelecer uma sociedade de consumo, em que os estímulos para adquirir bens de modo individual são sempre temporariamente satisfeitos enquanto mais mercadorias são oferecidas.

O neoliberalismo coloca a segurança e o medo como mais uma de suas múltiplas formas de obter lucro. A questão da insegurança não é resolvida ao se construir espaços fechados, pelo contrário só se reforça o problema que as cidades enfrentam criando um cenário de medo e de indiferença, com o espaço público sendo uma das grandes vítimas. Assim, mais Alphavilles são construídas pelo Brasil e são desejadas como um objeto de segurança, de status e de consumo.

Como é possível se ocupar de uma cidade como um direito (Lefebvre, 2001) se muitos se isolam criando barreiras físicas que só reforçam ainda mais os problemas? Não é possível construir uma configuração social urbana em que uns possam contar com os outros (Krenak, 2019) se a cidade se torna um espaço de desconfiança e de medo que se estende das vias públicas para as casas como percebemos na fala das pessoas nos grupos focais.

A demanda por segurança, na lógica neoliberal, significa investimento em espaços privados onde as pessoas que os ocupam são as mais semelhantes possíveis e onde as diferenças não

têm lugar. A postura de mixofobia (Bauman, 2009) se revela nesses planejamentos urbanos quando essas diferenças são tratadas como um elemento a ser temido e evitado. Para superar o risco da insegurança, na lógica neoliberal, é necessário consumir e investir em mercadorias. Mas somente poucos sujeitos conseguem alcançar esse nível de consumo, e são aqueles que constroem sua vida como um capital, calculam o benefício de cada ação de maneira racionalmente econômica. Nesse sentido, a segurança é uma mercadoria a ser constantemente adquirida que traz como brinde a indiferença com as e os diferentes. Conclui-se, assim, que o medo e a segurança são mercadorias que geram lucro na configuração urbana da insegurança e da indiferença, mas não apenas. Geram, também, novos problemas de ordem social, política e individual.

Por fim, temos que a cidade segura foi idealizada pela Agenda 2030 da ONU no ODS11, enquanto uma meta a ser construída para o bem-estar humano global. Associada à resiliência, à sustentabilidade e à inclusão, a segurança aparece como uma qualidade almejada para a vida nas cidades contemporâneas. Há nessa formulação duas ordens de problemas: 1) a segurança anunciada como uma expectativa e não como um processo social e comunitário; 2) a diversidade local de modos de cidade e a consequente diversidade de sentidos locais para a cidade segura não cabem na proposição global da Agenda 2030, o que desfavorece um percurso para o acolhimento das diferenças como uma vivência intercultural no espaço público - este sim um objetivo capaz de contribuir para a configuração de cidades seguras.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. RJ: Zahar, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo nas cidades globais*. RJ: Zahar, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. RJ: Zahar, 2001.
- CAMPOS, Luiza. *Alphaville do lado de dentro do muro*. 2008. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RrUW_-5lZvA&t=4s. Acesso em: 07/05/2024.
- DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. *A nova razão de mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE divulga relação da população dos municípios. Agência de Notícias. Editoria Estatísticas Sociais. 30 Agosto 2023. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/37758-ibge-divulga-relacao-da-populacao-dos-municipios>. Acesso em

05/01/2024.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. SP: Cia. das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. SP: Cia. das Letras, 2019.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. SP: Centauro, 2001.

LÉVY, Pierre. O que é o virtual. SP: Editora 34, 2011.

MOCELLIM, Alan. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.17, n. 2, pp. 105-125, 2011.

NAÇÕES UNIDAS no Brasil. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 07/05/2024.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. ONU-Habitat: população mundial será 68% urbana até 2050. 01 de julho de 2022. Disponível em:

<https://brasil.un.org/pt-br/188520-onu-habitat-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-ser%C3%A1-68-urbana-at%C3%A9-2050>. Acesso em: 07/05/2024

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.